

MULHERES RURAIS, CUIDADOS DE SI E PRÁTICAS DE LAZER

Maria Simone Vione Schwengber - UNIJUÍ¹

Fernando Jaíme González - UNIJUÍ - ffg@unijui.edu.br²

Naira Letícia Giongo Mendes Pinheiro - UNIJUÍ - nairaleticiagmendespinheiro@gmail.com³

Cauana Peyrot Conceição - UNIJUÍ - cauanapc@hotmail.com⁴

Emanuely Fontana - UNIJUÍ - bugra_manu@hotmail.com⁵

Raira Taciane Libardi Matana - UNIJUÍ - rairatasiane@hotmail.com⁶

CNPq – Conselho Nacional Científico e Tecnológico – Edital 32

RESUMO

Este projeto busca realizar um diagnóstico situacional das práticas de lazer (individuais e comunitárias), sobretudo de mulheres rurais, na região noroeste do Rio Grande do Sul, pertencente ao Território da Cidadania do Noroeste Colonial. Escolheu-se realizar o estudo em Jóia/RS. Conforme dados do IBGE (2010), a população rural do município é de 74,9%, e a população urbana é de 25,1%. É uma cidade que se destaca no estado por acolher oito assentamentos de reforma agrária, compreendendo em torno de 704 famílias assentadas. O objetivo central está inserido na discussão de práticas culturais de lazer e gênero, e mais especificamente nas relações de gênero na nova ruralidade. Das análises que resultaram desta investigação, focalizamos inicialmente a discussão sobre o estado da arte do conceito de lazer das mulheres. O lazer é um direito social constitucional desde 1988, uma necessidade humana básica a ser suprida. Mulheres assentadas geralmente usufruem parcialmente dessa prerrogativa, uma vez que mantêm uma tripla jornada de trabalho. Também se observa a cultura denominada “pobreza de lazer”, a qual se caracteriza por assistir a novelas, pela roda do chimarrão, por trabalhos manuais (o que é um paradoxo, pois é um lazer que se transforma em renda) e por encontros religiosos.

Palavras-chave: Mulher Rural, Lazer, Cuidado de si.

¹

Doutora em Educação, Professora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul coordenadora do projeto de pesquisa.

² Doutor em Educação, Professor do Departamento de Humanidades e Educação da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, coordenador do projeto de pesquisa.

³ Graduada em História, Bolsista de Desenvolvimento Técnico Industrial – CNPQ no projeto Mulheres rurais, cuidados de si e práticas de lazer.

⁴ Graduanda do Curso de Educação Física, Bolsista de Iniciação Científica – CNPQ no projeto Mulheres rurais, cuidados de si e práticas de lazer.

⁵ Graduanda do Curso de Educação Física, Bolsista de Iniciação Científica – CNPQ no projeto Mulheres rurais, cuidados de si e práticas de lazer.

⁶ Graduanda do Curso de Educação Física, Bolsista de Iniciação Científica – CNPQ no projeto Mulheres rurais, cuidados de si e práticas de lazer.

Esta pesquisa realiza um diagnóstico situacional das práticas de lazer (individuais e comunitárias), sobretudo de mulheres rurais, buscando informações e ações locais relativas a possíveis políticas de lazer e analisando questões de gênero relativas às mulheres.

Apesar da relevância do tema, ainda são poucos os estudos populacionais que abordam a temática do lazer entre as mulheres rurais, no Brasil. A pesquisa de campo se dará na região do Planalto das Missões do estado do Rio Grande do Sul, especificamente na região noroeste, pertencente ao Território da Cidadania do Noroeste Colonial. Escolhemos realizar o estudo em Joia-RS, uma vez que este foi um dos municípios brasileiros que teve o maior aumento na população rural, nas últimas duas décadas, em consequência de oito assentamentos da reforma agrária. Conforme dados do IBGE (2010), a população total do município de Joia é de 8.331, sendo que a população rural é de 74,9%, num total de 6.158 pessoas, e a população urbana é de 25,1%, num total de 2.219 pessoas.

Entre os anos de 1988 e 2006 foram criados oito assentamentos da reforma agrária em Jóia/RS, somando uma área total de 11.723 hectares que abrangearam inicialmente 714 famílias. O primeiro assentamento a ser instalado no município foi o denominado de Botão de Ouro no ano de 1988 com 64 famílias em uma área de 1.154 hectares. Passou-se sete anos para que o município recebesse mais assentamentos, em uma área de 4.200 hectares de propriedade da VARIG adquirida pelo governo em trocas de dívidas com o INSS, foram assentadas 232 famílias no ano de 1995. Impulsionado pelo Assentamento Rondinha, dois anos depois mais uma área de 1.951 hectares de propriedade da VARIG é comprada pelo governo para a instalação de 114 famílias, criou-se então o Assentamento Ceres. No mesmo ano de 1997 é criado o Assentamento Barroca, sendo 516 hectares divididos entre 29 famílias. Dois reassentamentos foram criados no ano de 2000, o primeiro chamado de Novo Amanhecer em uma área de 973 hectares recebeu 49 famílias e o segundo recebeu o nome de 31 de Maio e tem uma área de 760 hectares distribuídos entre 36 famílias. No ano de 2001 é comprado uma área de terras de um grande latifundiário, do senhor Marceal Domingos Terras, nos 1.053 hectares foram assentadas 54 famílias e esse assentamento recebeu o mesmo nome da fazenda, chamada de Tarumã. O ultimo assentamento criado em Jóia foi o Simão Bolívar com uma área de 1.116 hectares conta com 85 famílias assentadas.

O objetivo central estará inserido na discussão de práticas culturais de lazer e gênero, e mais especificamente nas relações de gênero na “nova ruralidade”. A proposta metodológica será de cunho exploratório, cujo objetivo geral é compreender inicialmente de que modo os homens e as mulheres rurais (desses assentamentos) se organizam para as suas atividades de

lazer. O que fazem? Onde fazem? Por quanto tempo se envolvem com essas práticas? Que lugar as práticas corporais e esportivas têm no contexto das práticas de lazer que realizam?

Interessa-nos, especialmente, mapear (diagnosticar) as relações entre gêneros e a construção social dos corpos femininos, o cuidado de si, tendo como objeto de estudo as práticas culturais e de lazer.

Um dos moteis mais importantes do feminismo do século 20, que circulava no final da década de 60, foi o “Meu corpo me pertence”. Defendia e propagava as ideias libertárias e igualitárias, entre elas as dos diferentes direitos⁷, como o de agenciamento e gerenciamento corporais. Perguntamos, no entanto: até que ponto é possível dizer que tal tarefa foi bem-sucedida quando se vinculam as mulheres⁸ rurais e o agenciamento de seus corpos ao campo das práticas culturais, como as do lazer?

Raramente as feministas⁹ realçaram a importância da prática esportiva como uma forma de empoderamento das mulheres e pouco prestaram atenção aos corpos quando envolvidas em práticas de lazer e/ou esportiva, como afirmam Goellner, Botelho-Gomes e Silva (2012). Silva (2007) também destaca que, de um modo geral, os corpos das mulheres têm sido um tema recorrente na produção teórica feminista, mas os corpos femininos nas práticas de lazer e de esporte não.

Muitos dos significados dos esportes que circulam em diferentes artefatos da mídia brasileira produzem uma imagem de dominância de habilidades. Entre elas: ágil e habilidoso, forte e lutador, veloz e vencedor (SABO, 2002). Souza e Knijnik (2007) mostram o quanto a cobertura esportiva da mídia privilegia os homens atletas em detrimento das mulheres. Assim, pode-se afirmar que geralmente esses sentidos se associam a certa masculinidade dominante.

Pesquisas sobre homens, masculinidade e esporte ganharam consistência analítica nas décadas de 1980 e 1990 e afirmam o quanto os homens constroem e reafirmam a superioridade e a dominação masculinas sobre as mulheres e sobre outros homens no universo esportivo (MESSNER, 2007; CONNELL, 1987; SABO, 2002).

⁷

Uma ampla agenda com um conjunto de outros direitos corporais, tais como: o direito de as mulheres terem ou não filhos, ao aborto, à liberdade sexual, às políticas de saúde reprodutiva, demográfica, paz política e discussão de temas como a violência doméstica, o assédio e os abusos sexuais, entre outros.

⁸ O emprego da expressão “as mulheres”, ao longo deste texto, tem a ver com uma opção teórica feminista que assumimos, de pensar a pluralidade de sujeitos femininos a partir de múltiplos atravessamentos, tais como: raça, geração, etnia, classe, religião. No Ocidente, nem todas as mulheres têm iguais possibilidades de escolha nas suas vidas individuais devido a diferentes situações sociais, ao estatuto profissional e à sua nacionalidade.

⁹ As principais influências teórico-políticas do feminismo foram marxistas, anarquistas, estruturalistas, liberais, católicas, radicais, ecológicas, pós-estruturalistas.

No Brasil, as políticas públicas nacionais e municipais de lazer e esporte, historicamente, foram formuladas e desenvolvidas a partir de premissas que encobriram a inclusão das mulheres, pois geralmente não as consideram na elaboração, organização e instituição dos programas e projetos de lazer e esporte, o que Marcelino (1996) denominou um “todo inibidor” em relação ao gênero, que impõe barreiras à prática, à fruição e à participação cultural das mulheres.

As políticas internacionais, nacionais e municipais¹⁰ por muito tempo têm feito prevalecer códigos e regras esportivas nos aspectos da socialização e das aprendizagens, que caminham na direção da esportivização que, geralmente, impõe as vivências no ritmo da eficiência, da *performance* e da técnica, o que inibe as mulheres, pois mantêm, em grande parte, os valores e as normas, referendando o padrão do corpo masculino e/ou uma caricatura masculina nas políticas de esporte e lazer. *Citius, altius, fortius* são signos “olímpicos” que parecem contribuir para manter a funcionalidade desse sistema excluente da corporeidade das mulheres (MESSNER, 2007).

A negação de oportunidade das práticas de lazer e esportivas à maioria das mulheres dificultou o desenvolvimento das suas habilidades e competências físicas e esportivas. Essa negação

[...] pode ser identificada nas mais diversas instâncias em que se pratica o esporte, tais como em competições institucionalizadas, clubes, escolas, áreas de lazer, estádios e ginásios e, ainda, na mídia esportiva, que destina aos atletas homens maior destaque e projeção.

[...] Também não podemos esquecer que cargos diretivos de federações e confederações, equipes técnicas de clubes esportivos ou órgãos governamentais estão majoritariamente sob o domínio dos homens. (GOELLNER; BOTELHO-GOMES; SILVA, 2012, p. 14).

Há uma emergência de novas e renovadas ações e de políticas públicas para as mulheres rurais no campo do lazer e do esporte. Sabemos que é chegada a hora de pensarmos outros esforços, novas combinações e comprometimentos, outras condutas, geradas ou formuladas a partir de planos discursivos de inclusão das mulheres.

A segunda metade do século 20 é um marco na transição entre o passado e a cultura contemporânea. Além das lutas e revoluções libertárias, ocorre no Brasil acentuada urbanização, crescimento das cidades e entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho. Nesse período, em uma nova realidade, resultante do trabalho produtivo e remunerado das

¹⁰ A partir de estudos, como o de Jeferson Pinheiro (2010), percebe-se, por exemplo, o quanto municípios como Ijuí-RS promovem campeonatos que envolvem em 92% a participação masculina.

mulheres, foi “rompido o limite estrito entre o público e o privado, entre a reprodução biológica (no universo do trabalho) e a venda da força de trabalho (esfera coletiva)” (TOURAINE, 2007, p. 45). E assim assistimos à emergência de mais uma categoria no capitalismo em plena expansão – as mulheres trabalhadoras.

As décadas finais do século 20 marcam uma ruptura e uma série de transformações da configuração social, política e cultural do Brasil, introduzindo certa democratização da vida política. Assim, uma das mudanças que mais afetaram a vida das mulheres-mães no Brasil, bem como no resto do mundo ocidental, foi a entrada massiva das mulheres no mundo do trabalho. Os anos 1970 e 1980 caracterizaram-se pelo rápido aumento da taxa de atividade feminina, que apresentou “um crescimento em relação à força de trabalho feminina, chegando alcançar 21% do total da população economicamente ativa” (SAFFIOTI, 2007, p. 4). Assim, é nítido o crescimento da participação das mulheres entre os trabalhadores¹¹. Essa evolução mostra um percentual de 31,3%, em 1981, de 40,6%, em 1998, e de 67%, em 2004 (NOGUEIRA, 2004, p. 140).

Essa *feminização* do mercado de trabalho está relacionada a um conjunto de fatores. Há uma progressiva escolarização das mulheres, visível tanto no aumento das taxas de escolarização quanto no tempo desta. A escolarização das mulheres desde os anos 1980 assiste a um esbatimento entre os dois gêneros, inclusive com as mulheres assumindo uma escolarização mais alta do que os homens em alguns extratos sociais (IBGE, 2012).

Contudo essa crescente escolarização das mulheres e a sua entrada massiva no mundo do trabalho não são sinônimos de existência de uma sociedade equitativa no que diz respeito às relações entre homens e mulheres ou aos tempos de lazer.

É importante destacar que o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho decorre de transformações gerais, tais como: modificações no comportamento social marcado pela maior ocupação das mulheres em um número crescente de ocupações e postos de trabalho, fatores que culminam num rebaixamento e na precarização das formas de trabalho contemporâneo, na recomposição dos orçamentos familiares de diversas atividades antes executadas apenas na família.

A categoria gênero é compreendida neste estudo como as relações sociais entre homens e mulheres. Gênero diz respeito às representações de masculinidades e de

¹¹ É importante destacar, como nos lembra Nogueira (2004), que as mulheres foram pioneiras na ocupação de postos de trabalho precários. Até hoje elas continuam campeãs em informalidade e precariedade e começam a ser, ainda, atingidas intensamente pelo desemprego em vários setores do mundo do trabalho.

feminilidades, construídas pelas sociedades. A propósito, as categorias masculina e feminina estão inter-relacionadas. A perda de um desses elementos torna a análise empobrecida, pois vivemos a interdependência de um ao outro. Defende-se, assim, a premissa de que o gênero é uma categoria histórica, não apenas analítica, exigindo uma “inflexão do pensamento, que pode, perfeitamente, se fazer presente também nos estudos sobre mulher, dos quais é extremamente precoce abrir mão” (SAFFIOTI, 2009, p. 17). Nesse sentido, pensar a ruralidade a partir desses elementos torna-se imprescindível para o entendimento das relações de gênero no meio rural e suas consequências para a sociedade contemporânea.

Então, apesar de as mulheres estarem vivendo uma distribuição mais igualitária, são ainda as mulheres-mães que desempenham o maior número de tarefas e, consequentemente, são consideradas as principais responsáveis pela criação e educação dos filhos e pelas tarefas domésticas. A práxis do cuidar da família historicamente recai sobre as mulheres (SCHWENGBER; MEYER, 2011; KLEIN, 2010).

Pesquisas¹² afirmam que a principal cuidadora das famílias¹³ é, normalmente, a mulher. O cuidado familiar fundamenta-se em alguns aspectos sociais e culturais e é assumido geralmente pelas mulheres, dadas as características das relações de gênero, nas quais é reservada às mulheres uma maior fixação no espaço doméstico. O fato de as mulheres serem predominantes nessa função é justificado por estas possuírem, arraigadas em sua criação, a maior responsabilidade pelo cuidado da família e/ou por responderem pelas atividades de cuidados domiciliares. As responsabilidades assumidas pelas mulheres como a principal cuidadora familiar se encontram dentro do repertório simbólico e social de regras culturais. Com isso, as mulheres tendem, de um modo geral, a assumir os cuidados familiares, como a alimentação, a educação de seus membros, a saúde, desde as crianças até os idosos e/ou familiares dependentes, conforme destacam Romanelli (2000), Fonseca (2000), Meyer (2006, 2004) e Schwengber (2006, 2009). Assim, nesses casos, as mulheres-mães são as que mais têm contato e convivem com o sofrimento dos familiares. Evidenciasse assim que, apesar de as mulheres terem um envolvimento e disposição para cuidar dos outros, elas de um modo geral têm dificuldades para cuidar de si mesmas. Entendemos a necessidade de ajudar (ou pelo menos sensibilizar) a transformar “esta mulher para o outro em mulher para si” (TOURAINÉ, 2007, p. 41). O feminismo critica a imagem da mulher para o outro e, no entanto, como

¹² Como as de Romanelli (2000), Fonseca (2000), Meyer (2006, 2004), Schwengber (2008, 2011).

¹³ Vale destacar que a referência à expressão *família* não implica a consideração de que exista um modelo único e ideal. Entendemos que existem diferentes configurações na definição de família em função das experiências e dos contextos culturais em que estas estão inseridas (FONSECA, 2000).

descreve Touraine (2007, p. 42), parece “incapaz de fazer emergir uma imagem positiva da mulher para ela mesma”.

Foucault (2004) contextualiza o princípio do cuidado de si, de se ocupar de si, tomar conta de si, ter cuidado consigo, preocupar-se consigo. Esses são alguns princípios do cuidado de si. O cuidado de si só é questionado ou valorizado e percebido como fundamental para o ser humano, a partir do momento em que os sujeitos, aqui as mulheres, tomam consciência do seu direito de viver e do estilo de vida que podem assumir.

Nesse sentido, destacamos a importância de investigar os conceitos do cuidado de si a partir de práticas culturais de lazer. Por isso, perguntamos: como se deu (e se dá) o exercício do cuidar de si em termos das experiências (vivências) das práticas culturais de lazer, do cuidado da saúde e do cuidado estético?

Essa condição tem um efeito direto no envolvimento das mulheres em práticas corporais. Neste sentido, González (2010) aponta que no Brasil a proporção de mulheres trabalhadoras envolvida com práticas corporais está diretamente associada à classe social, sendo que o tempo dedicado aos afazeres domésticos pelos sujeitos nos diferentes estratos sociais se mostra como um dos elementos fortemente vinculado a essa diferença.

Diante disso, interessa-nos compreender os itinerários que fizeram e fazem as mulheres rurais, sobretudo as que nasceram a partir dos anos 1960 (de um município de porte pequeno), na direção de descrever e analisar as práticas culturais vinculadas ao universo do lazer. O que nos propomos a investigar são os acessos (envolvimentos) das mulheres (ou a ausência de participação) às práticas de consumo culturais, mediante ações de lazer que preencheriam seu tempo disponível, destacando os modos de cuidado de si. Ainda pretendemos examinar as possibilidades culturais de tecerem novos planos de socialização e sociabilidade.

Entendemos que temos um desafio de construção de uma agenda política e pedagógica, tanto no feminismo quanto no campo do lazer e do esporte. Pesquisas como esta podem ajudar a indicar alguns dos possíveis caminhos de ações.

Esta pesquisa tem como objetivo oferecer contribuições para preencher essa lacuna, essa espécie de silêncio sobre as mulheres rurais em relação ao cuidado de si, com seus corpos, em práticas culturais de lazer. Avançar nessa temática significa dar continuidade a pesquisas que estão em desenvolvimento pela equipe proponente deste projeto. Compreender a relação que existe entre gênero e as práticas culturais no meio rural a partir do lazer rural trará subsídios teóricos para pensar uma nova perspectiva cultural de desenvolvimento rural,

tendo como base relações mais equitativas entre os gêneros, a partir da inserção de atividades de lazer. Além disso, será possível compreender como se (des)constroem as formas culturais de lazer (e cuidado de si) no meio rural e se essas atividades vêm modificar ou afirmar essas relações.

A investigação que propusemos incluirá a combinação de um estudo que envolve estratégias metodológicas tanto quantitativas, com procedimentos estatísticos, quanto qualitativas, com análises temáticas a partir das informações coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas e observações, as quais possibilitarão relacionar diferentes aspectos da inserção das mulheres nas práticas culturais de lazer em ocorrência no município de Jóia-RS.

Este estudo de corte exploratório, propõe estabelecer inicialmente o perfil das mulheres rurais de Jóia/RS. Até o momento entrevistamos sessenta e seis mulheres, com idade entre 16 anos a 75 anos. Das entrevistadas onze seguem doutrinas evangélicas e as outras cinqüenta e cinco são Católicas. Apenas duas estudaram o ensino superior e sete entrevistadas concluíram o ensino médio e as demais estudaram o ensino fundamental. Dez entrevistadas usufruem hoje da aposentadoria rural. Todos os dados levantados nas entrevistas nos mostram que elas se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico e à agricultura, com exceção de dez mulheres que são funcionárias públicas ou domésticas que exercem sua função concomitante ao trabalho de casa.

Os dados organizados até o momento, ainda que parciais e muito pontuais em relação as mulheres e lazer que nós organizamos em três abrangentes categorias de discursos: Mulheres rurais e a cultura do excesso de trabalho, a do tempo livre, do tempo de lazer e a primazia cuidar do outro, lazer e território familiar. Entendemos que a aposentadoria rural, estreitou o vínculo da centralidade da categoria do trabalho nas suas vidas. Dessa forma, há uma re-valorização da identidade do trabalho. Sendo assim, podemos dizer que no estado atual da reflexão/ação desses mediadores sociais sobre a mulher rural, a designação “trabalhadora rural” responde ao esforço de tornar visível participação na produção ao mesmo tempo em que reforça o conteúdo político atribuído a essa participação. As identidades sociais das mulheres rurais estudadas estaria, assim, fortemente delimitada pelo conteúdo econômico e político atribuído por essa categoria social do trabalho.

Podemos dizer de um modo geral que as mulheres pesquisadas são presas especiais da cultura do excesso de trabalho, pelo fato de seu trabalho, de um modo geral, nunca parar, enquanto o dos homens para (eles dão um ponto final mais facilmente). Os homens trabalham por longas jornadas diárias, mas seu trabalho, em geral, finda. Já as mulheres, como vimos,

enfrentam em casa outra jornada de trabalho: cozinhar, cuidar da organização da casa, roupas, tarefas escolares dos filhos.

Grande parte das mulheres estudadas têm clareza do quanto é pouco o tempo livre que lhes resta, e quando o usufruem dão preferência às atividades de lazer com a família. Dumazedier (2008) apresenta a tese da contribuição do lazer na coesão familiar.

Vale dizer que é também na rede da vizinhança e de parentesco que as mulheres rurais encontram e dividem seus momentos de tempo livre e de lazer: tomando chimarrão, batendo papo, fazendo pequenas escapadas na vizinha para jogar uma conversa fora (novidades, fofocas), entrando na Internet (olhando pelas redes sociais os parentes e amigos), visitando familiares, indo a festinhas de aniversário e festas da comunidade.

Observa-se também a existência de uma lacuna no que se refere às mulheres rurais, principalmente no campo do lazer e dos esportes. A tematização dos direitos das mulheres no campo do lazer e do esporte não se constitui e ainda não consiste em tarefa simples, pois em tal campo ainda vigora o delineamento e a instituição de políticas públicas que, parece, não levam a sério as questões de gênero.

Referências Bibliográficas

- CONNELL, Robert. *Gender and power*. Stanford: Stanford University Press: 1987.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão*. São Paulo: Sesc-Codes, 1995.
- _____. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva; Sesc, 2002. (Debates, 164).
- FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- GOELLNER, Silvana Vilodre; GOMES-BOTELHO, Paula; SILVA, Paula. Sobre os feminismos, o esporte e o potencial pedagógico dessa relação. *Labrys, études féministes/estudos feministas*, jul./dez. 2012.
- GONZÁLEZ, Fernando Jaime. *Bases sociais das disposições para o envolvimento em práticas de movimento corporal no tempo livre*. 2010. 574. Tese (Ciencias do Movimento Humano), UFRGS, Porto Alegre, 2010.
- KLEIN, Carin. Biopolíticas de inclusão social e produção de maternidades e paternidades para uma “infância melhor”. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasília: IBGE, 2010.

- FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MESSNER, M. A. *Out of play: critical essays on gender and sport*. New York: State, 2007.
- MEYER, Dagmar E. Estermann. *A educação da família como estratégia governamental de inclusão social: um estudo situado na interface dos estudos culturais, de gênero e de vulnerabilidade*. Projeto CNPq, 2004
- _____. A politização contemporânea da modernidade. *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – Nuteg*, Niterói, v. 6, n. 1, 2006.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- PINHEIRO, Jeferson. *Lazer no município de Ijuí*. Monografia – Curso de educação Física, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, Ijuí-RS, 2010
- ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 73-88.
- SABO, Donald. O estudo crítico das masculinidades. In: ADELMAN, Mirian; SILVESTRIN, Celsi B. (org.). *Título da obra*. Cidade: Editora, 2002. p.35-55
- SAFFIOTI, Heleieth. *Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade*. São Paulo: Editora: 2007.
- SCHWENGBER, Maria Simone Vione, MEYER, Dagmar E. Estermann. Discursos que (con)formam corpos grávidos: da medicina à Educação Física. *Cadernos Pagu*, Unicamp, v. 36, p. 283-314, 2011.
- SILVA, Paula. *Equidade na educação*. Educação Física e desporto na escola. Equity on education. Physical education and sport at school. Lisboa: Associação Portuguesa a Mulher e o Desporto, 2007.
- SOUZA, Juliana Sturmer Soares; KNIJNICK, Jorge Dorfman. A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 21, n. 1, jan./mar. 2007.
- TOURAINÉ, Alain. *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes, 2007.